

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MADELEINE WALENDOWSKY SPRÍCIGO

**A NECESSIDADE DE PADRONIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL E
ANÁLISE DO MODELO IBASE**

**Florianópolis
2005**

MADELEINE WALENDOWSKY SPRÍCIGO

**A NECESSIDADE DE PADRONIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL E
ANÁLISE DO MODELO IBASE**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Santa Catarina como um dos
pré-requisitos para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Loreci João Borges, Dr.

**Florianópolis
2005**

MADELEINE WALENDOWSKY SPRÍCIGO

**A NECESSIDADE DE PADRONIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL E
ANÁLISE DO MODELO IBASE**

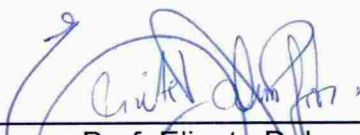
Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de 9,0, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Compuseram a banca:



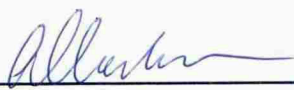
Prof. Orientador Loreci João Borges, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 8,55



Prof. Elisete Dahmer Pfitscher
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

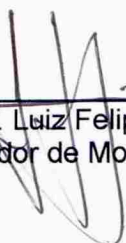
Nota atribuída 9,17



Prof. Luiz Alberton
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 9,14

Florianópolis, 8 de março de 2005.



Prof. Luiz Felipe Ferreira
Coordenador de Monografia - UFSC

AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais, Jaime e Neide, pela grande força, em especial à minha mãe, por todo o apoio dado para mais esta conquista.

Aos meus queridos irmãos, Maurício, Larissa e Sueli Walendowsky, minha tia, pelo incentivo e preocupações constantes.

Ao meu orientador Prof. Loreci João Borges, por sua orientação, atenção e dedicação.

Aos meus amigos, em especial a Cláudia Michele Batista, pela força e incentivo para seguir em frente.

A todos que, de alguma forma, participaram de minha formação acadêmica, permitindo-me sonhar e concretizar este primeiro passo de minha formação profissional.

RESUMO

O desenvolvimento econômico, tecnológico e científico verificado nas últimas décadas, aliado ao processo de globalização dos mercados, provocou transformações nos contextos econômico, político e social. Se torna cada vez mais evidente que o Estado não é mais o único agente provedor do bem-estar social. A responsabilidade social passa a ser uma preocupação das organizações. E, para divulgar essas práticas, as empresas têm utilizado, espontaneamente, o Balanço Social. Existe uma grande variedade de modelos de Balanço Social que vêm sendo adotados, o que dificulta a comparação entre empresas e permite às organizações divulgarem apenas os dados que lhe são convenientes, fazendo com que essa demonstração seja utilizada apenas como uma estratégia de *marketing*. O objetivo geral deste estudo consiste em verificar a importância de uma legislação que padronize um modelo de Balanço Social a ser seguido por todas as empresas e análise do modelo proposto pelo IBASE. Estudou-se a visão de diversos autores a respeito da padronização do Balanço Social, os principais modelos utilizados no Brasil e outros dois modelos sugeridos, comparando-os com o modelo IBASE, que tem sido sugerido para tornar-se o modelo padrão.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Balanço Social. Modelo IBASE.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCE	Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas
BS	Balanço Social
CBO	Classificação Brasileira de Ocupação
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ONG	Organização não Governamental
PIS	Programa de Integração Social
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS.....	6
1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Assunto.....	7
1.2 Tema.....	9
1.3 Problema.....	9
1.4 Objetivos.....	10
1.5 Justificativa	11
1.6 Metodologia	12
1.7 Delimitação	14
1.8 Organização.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 Responsabilidade social	16
2.2 Definição de Balanço Social	20
2.3 Origem e evolução do Balanço Social	24
2.4 Usuários do Balanço Social	28
3 O BALANÇO SOCIAL DO IBASE.....	32
3.1 Pontos polêmicos do Balanço Social	32
3.1.1 Obrigatoriedade.....	32
3.1.2 Padronização.....	36
3.2 Principais modelos de Balanço Social do Brasil	43
3.2.1 Modelo proposto pelo IBASE.....	43
3.2.2 Modelo do Projeto de Lei.....	46
3.2.3 Modelo da CVM	49
3.3 Análise comparativa dos modelos de Balanço Social apresentados	51
3.4 Outras propostas de modelos de Balanço Social	53
3.4.1 Modelo proposto por Perottoni.....	53
3.4.2 Modelo proposto por Kroetz.....	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	59
ANEXOS	62

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Balanço Social Anual IBASE (2003).....	63
ANEXO 2 - Modelo de Balanço Social proposto por Perottoni.....	64
ANEXO 3 - Modelo de Balanço Social proposto por Kroetz.....	65

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção, apresenta-se o assunto, o tema o problema, os objetivos, geral e específicos, a metodologia e a delimitação da pesquisa, assim como a organização estruturada deste trabalho.

1.1 Assunto

Na classe empresarial brasileira, há uma nova tendência onde a função social deixa de ser apenas uma obrigação do Estado para fazer parte do dia a dia das organizações.

Necessariamente, as empresas possuem um relacionamento recíproco com a sociedade. Esta lhes oferece recursos tecnológicos e força de trabalho. Em troca, a empresa produz bens e presta serviços de qualidade.

Começa-se a exigir das organizações, atitudes voltadas, não só para os aspectos econômico-financeiros, mas principalmente para o enfoque social. Ou seja, melhoria da qualidade de vida de seus trabalhadores, da comunidade onde a empresa esta inserida e diminuição das diferenças sociais.

A responsabilidade social tem sido cada vez mais evidenciada. As empresas que não se preocupam com esse aspecto colocam em risco sua sustentabilidade e o sucesso de seus empreendimentos.

Existem pesquisas demonstrando que consumidores deixaram de adquirir produtos de empresas que não apresentavam cuidados com o meio ambiente ou que utilizavam, indevidamente, os recursos naturais.

Com o objetivo de dar transparência às suas ações, em prol do bem estar social e do meio ambiente, as empresas têm publicado o seu Balanço Social. Mediante dados quantitativos, evidenciam para a sociedade seu comportamento, visando a melhoria da qualidade de vida de todos. É uma maneira de demonstrar à sociedade a utilização eficiente e eficaz dos recursos que essa lhes proporciona.

Apesar da existência de projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, propondo a obrigatoriedade da elaboração do Balanço Social, sua publicação ainda é facultativa por falta de aprovação de norma coercitiva.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em 1997, desenvolveu um modelo de Balanço Social composto de indicadores quantitativos e financeiros como forma de incentivar as organizações a publicarem essa demonstração. A simplicidade desse modelo, e o fato de não gerar novos custos informacionais, estimulou sua utilização espontânea em diversas empresas.

A elaboração do Balanço Social cria novas responsabilidades para os profissionais da área contábil, exige uma mudança do perfil. Este profissional, agora, deverá estar preparado, atualizando-se para essa nova incumbência que extrapola as demonstrações contábeis tradicionais, limitadas à ordem patrimonial, financeira e econômica, para abranger as de origem social e ecológica, extremamente relevantes.

1.2 Tema

A confiabilidade e a veracidade das informações, contidas nas demonstrações contábeis, são aspectos muito importantes e discutidos. Apesar de sua publicação ser voluntária, o Balanço Social deve possuir essas características.

Por não ser uma demonstração obrigatória e a inexistência de uma legislação que determine como o Balanço Social deve ser estruturado, têm permitido que muitas empresas o utilizem apenas como uma estratégia de *marketing*, o que pode vir a comprometer a credibilidade das informações contidas nesta demonstração.

Com o intuito de disseminar uma boa imagem da empresa junto à população, alguns empresários acabam divulgando apenas o que lhes convém, justamente pela falta de critérios para sua elaboração.

O tema a ser abordado neste trabalho é, sobretudo, a respeito da necessidade da existência de uma legislação que padronize um modelo de Balanço Social a ser seguido, levando-se em consideração o atual modelo proposto pelo IBASE.

1.3 Problema

O Balanço Social, atualmente publicado pelas empresas, não possui um padrão obrigatório a ser seguido. O seu principal objetivo está em divulgar as ações sociais realizadas pelas empresas em benefício de seus empregados e da sociedade em geral. Diante do exposto, surge a seguinte questão:

A falta de uma legislação que padronize as informações que devem constar do Balanço Social, não estaria levando os empresários a publicarem apenas os dados que lhes são convenientes, como por exemplo os aspectos positivos que demonstrem a solidez da empresa, deixando de informar os que poderiam comprometer a sua imagem? Não haveria, em consequência, uma brecha para a manipulação dessa demonstração por mãos inescrupulosas?

1.4 Objetivos

O objetivo geral do presente trabalho é verificar a importância de uma legislação que padronize um modelo de Balanço Social, com base no modelo que é proposto pelo IBASE.

Para atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar a posição de diversos autores quanto à obrigatoriedade de publicação do Balanço Social;
- Abordar a importância da padronização do Balanço Social;
- Enfatizar a importância da confiabilidade e veracidade dos dados contidos no Balanço Social;
- Expor as principais correntes de Balanço Social no Brasil;
- Mostrar outras propostas de modelos de Balanço Social; e,
- Analisar, comparativamente, os modelos apresentados com o modelo do IBASE.

1.5 Justificativa

Há algum tempo, muito se fala na mídia, assim como tem-se publicado artigos em periódicos especializados da classe contábil e empresarial que evidenciam a necessidade e os benefícios da divulgação do Balanço Social, assunto que vem sendo, pouco a pouco, incorporado à cultura de muitas empresas e de parcela representativa da sociedade.

A receptividade do público externo e interno para com as empresas que demonstram ter maior transparência em suas informações não só econômicas e financeiras, mas também com o resultado de suas políticas sociais; é fator de motivação para que outras instituições as desenvolvam e divulguem.

Essa mudança de papel das empresas, no atual contexto da sociedade, ao se tornarem conscientes que não cabe apenas ao governo a função de enfrentar a injustiça e a desigualdade social, desencadeou uma nova cultura.

É cada vez maior o número de organizações que aderem ao Balanço Social. No entanto, ainda nos deparamos com aspectos conflitantes quanto a essa publicação, como a padronização e a obrigatoriedade. A falta de regulamentação e normatização dessa demonstração comprometem a análise dos dados, a possibilidade de comparação, bem como dificulta o processo de auditoria do Balanço Social.

Há propostas para que o modelo proposto pelo IBASE seja adotado como padrão. Ele é simples, pois o seu objetivo é o de incentivar as organizações a publicarem o Balanço Social.

A importância deste trabalho consiste na verificação da necessidade de padronização do Balanço Social e se o modelo proposto pelo IBASE é o ideal para a realidade brasileira.

1.6 Metodologia

Para poder analisar a importância da padronização do Balanço Social é necessário fazer uma pesquisa sobre o assunto.

Segundo Minayo (1993, p. 23), pesquisa é:

a atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Ou seja, a pesquisa se realiza mediante um processo no qual se buscam informações para responder questionamentos e, cada investigação feita, permite um pensar reflexivo sobre o assunto estudado.

A tipologia de pesquisa adotada quanto à abordagem do problema será a pesquisa qualitativa. De acordo com Richardson (1999, p. 80 *apud* RAUPP e BEUREN, 2003, p. 91) "os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais".

Por meio da pesquisa qualitativa se faz uma análise mais profunda a respeito do assunto a ser estudado, baseando-se em fatos e opiniões, não apenas em números.

As pesquisas, quanto aos objetivos, são classificadas em: exploratória, descritiva e explicativa. Neste trabalho será utilizada a pesquisa exploratória. Para Gil (1993, p. 45):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

A introdução e o aprofundamento desse assunto serão feitos mediante a realização de uma pesquisa, buscando o entendimento e o conhecimento das diversas opiniões sobre o tema, assim como sua evolução histórica, seu público alvo e análise dos modelos existentes.

Em relação ao procedimento técnico utilizado para a coleta de dados neste trabalho, recorrer-se-á à pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (1993, p. 48) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Portanto, será realizado levantamento do material bibliográfico existente - monografias, teses, revistas especializadas, livros e publicações em jornais - sobre o tema abordado.

Mediante a pesquisa, coleta-se material suficiente para a elaboração de uma monografia, que segundo Lakatos e Marconi (1990, p. 205):

trata-se de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina.

A monografia é um tipo de trabalho científico que investiga e trata por escrito uma questão com abordagem metodológica e tem por objetivo criar conhecimento indispensável à evolução social.

Conseqüentemente, este trabalho será realizado, em relação à sua abordagem, por intermédio de uma pesquisa qualitativa; quanto aos seus objetivos, por uma pesquisa exploratória e, em relação ao procedimento, por uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de reunir dados para o desenvolvimento do tema abordado.

1.7 Delimitação

A presente pesquisa consiste em verificar a necessidade de padronização e as principais correntes quanto à elaboração do Balanço Social existentes no Brasil, dando ênfase ao modelo proposto pelo IBASE.

Também serão apresentados dois modelos de Balanço Social, desenvolvidos por autores da área, para efeito de comparação com o modelo proposto pelo IBASE.

1.8 Organização

Este trabalho está dividido em quatro (04) seções, a saber:

Na primeira seção apresentam-se: o tema, problema, objetivo geral e objetivos específicos, a metodologia, a delimitação da pesquisa e a própria estruturação do trabalho.

Na segunda seção, intitulada como fundamentação teórica, são tratados assuntos tais como: Responsabilidade social; definição, origem e evolução do Balanço Social; e discute-se sobre os usuários do Balanço Social.

Na seção 3, discute-se sobre pontos polêmicos do Balanço Social, tais como obrigatoriedade e padronização; apresentam-se os principais modelos de Balanço Social do Brasil, a saber: o Modelo proposto pelo IBASE, o Modelo do Projeto de Lei e o Modelo da CVM. Adicionalmente, faz-se uma análise comparativa dos modelos apresentados com o modelo do IBASE e mostram-se outras propostas de modelos de Balanço Social: Modelo de Perottoni e Modelo de Kroetz.

Na seção 4, apresentam-se como considerações finais, a conclusão e sugestões de pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, apresentam-se conceitos e definições referentes a Responsabilidade social; definição, origem e evolução do Balanço Social; e discute-se sobre os usuários do Balanço Social.

2.1 Responsabilidade social

As primeiras discussões sobre responsabilidade social surgiram nos Estados Unidos da América, nas décadas de 60 e 70, com o repúdio da população pelas consequências trágicas ocasionadas pela Guerra do Vietnã. Esse fato provocou um boicote à aquisição dos produtos e às ações de algumas empresas ligadas ao conflito, principalmente aquelas que alimentavam as trincheiras da guerra com seus armamentos bélicos, gases paralisantes e bombas, entre outros.

A sociedade, consciente que as empresas não podiam agir livremente, produzindo bens e serviços em desrespeito ao homem e ao meio ambiente, começou a exigir uma postura ética diferente. Em consequência a essa reação, várias organizações despertaram para as necessidades sociais e passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais.

Já no Brasil, de acordo com Torres (2001, p. 17) “A idéia de responsabilidade social nas empresas, que já motivava algumas discussões desde os anos 60, também sofreu com a falta de liberdade e restrições impostas pela ditadura militar pós 1964”.

Apesar da repressão causada pela ditadura militar, que comprometeu a expansão da responsabilidade social na década de 60, ainda durante esse regime, na década de 70, por meio do Decreto-lei nº 76.900/75, surgiu o primeiro relatório que versava sobre informações sociais e recursos humanos. Com a denominação de **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, sua realização tornou-se obrigatória, e ainda é, até hoje, para todas as empresas, independente do número de funcionários.

Segundo Peixe (2000, p. 62):

A **RAIS** brasileira lista informações sobre as empresas, os empregados, tais como: nomes, código no **PIS**, valores e tipos de salários contratuais, tipo de opção no **FGTS**, 13º salário, classificação brasileira de ocupação (**CBO**), vínculo empregatício, grau de instrução, contratações, desligamentos, remunerações mensais, etc. (grifo do autor)

Como se pode notar, nesse relatório poucas são as informações relevantes no âmbito social. A maioria dos dados está voltada para os interesses administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego. Santos, Freire e Malo (1998, *apud* TORRES, 2001, p.18) comentam que os dados são bastante limitados e os funcionários e associações de classe não têm acesso à RAIS.

A década de 90 foi marcada por movimentos e pela atuação de organizações não-governamentais, sensibilizadas com a questão da responsabilidade social. Na ECO 92, no Rio de Janeiro, foi discutida a questão do meio ambiente e sua preservação.

Em 1993, ocorreu a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, de iniciativa do sociólogo Herbert de Souza (Betinho),

que é considerada, para alguns autores, como o marco de aproximação dos empresários com as ações sociais.

Em 1998, foi fundado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, organização não-governamental, que tem como objetivo mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerenciar seus negócios de forma socialmente responsável. De acordo com esse instituto (www.ethos.org.br):

Responsabilidade social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando entender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Atualmente, a responsabilidade social das organizações tem sido um assunto muito discutido. Oferecer bons produtos, serviços de qualidade, bem como um tratamento ético para com parceiros e fornecedores já não é mais suficiente.

A empresa, além de gerar riquezas e buscar lucro, precisa atuar como agente social. Com o mercado em crescente competitividade, essa atitude socialmente responsável converte-se em um diferencial significativo, que agrega valores e melhoria da imagem.

Conforme afirma Serra Negra (2000):

Esta visão empresarial, por sua vez, não deve ser dissociada de que empresários, capitalistas e seus financiadores, devem ter a grande responsabilidade de dirigir e administrar bem as empresas, para que as mesmas venham a ser bem sucedidas financeiramente e economicamente também. Vivemos em tempos que responsabilidade social do setor privado é ter consciência que as empresas são parte importante da sociedade e a ela deve mais que suas obrigações legais.

A assimilação dos princípios da responsabilidade social reflete-se em uma postura na gestão dos negócios, com reflexos positivos para todo o seu público, assim como para a sustentabilidade das próprias empresas, fidelização de funcionários, clientes e melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Segundo Perottoni (2002, p. 52):

A empresa vai obtendo o reconhecimento da sociedade à medida que passa a ser mais atuante em investimentos no social, tomando-se preocupada com os problemas da comunidade, buscando soluções, mudando a sua imagem e assumindo a posição de empresa-cidadã. Assim, seus produtos, serviços e sua imagem adquirem força e tornam-se mais conhecidos, ganhando maior espaço na comunidade, com funcionários, fornecedores, acionistas e governo. Os próprios concorrentes passam a reconhecer e respeitar o seu valor. Tudo isto é fruto do uso da cidadania empresarial como vantagem competitiva.

As organizações começam a praticar a responsabilidade social da mesma forma com que utilizam estratégias para obter lucro com produtos de qualidade. Passam a ser reconhecidas pela sociedade na medida de sua atuação. Porém, desenvolver programas sociais apenas para divulgar a empresa, ou como forma compensatória, não traz resultados positivos sustentáveis a longo prazo.

O Relato Setorial nº 1 – AS/GESET (www.bndes.gov.br), expõe que:

[...] o exercício da responsabilidade social pode ser entendido, à primeira vista, como um custo adicional para as empresas, seus sócios e acionistas, pois são recursos que de outra maneira estariam sendo reinvestidos ou distribuídos sob forma de lucros ou dividendos. Todavia, a adoção de uma postura pró-responsabilidade social parece indicar que há ganhos tangíveis para as empresas, sob a forma de fatores que agregam valor, reduzem custos e trazem aumento de competitividade.

As empresas atuantes em práticas sociais ganham em troca reputação e respeito por parte da sociedade. As ações sociais representam um investimento na sua imagem, provocando a motivação e a confiança dos empregados, maiores

possibilidades de parcerias com fornecedores e outras empresas, reconhecimento da liderança dos dirigentes, produtos e serviços mais conhecidos e, conseqüentemente, mais consumidores.

2.2 Definição de Balanço Social

O Balanço Social é um conjunto de informações e indicadores de caráter econômico-financeiro, arrolados juntamente com outros de âmbito social e ambiental, que vêm sendo publicado anualmente, com o objetivo de dar maior transparência e visibilidade às ações que as empresas têm realizado para contribuir com a melhoria das condições de vida da sociedade e, especialmente, dos empregados, fornecedores, parceiros, investidores, clientes e moradores da comunidade onde está instalada.

De acordo com Tinoco (2001, p. 114):

As entidades devem satisfazer adequadamente às demandas de seus clientes e de seus parceiros nos negócios e atividades e especialmente divulgar e dar transparência aos agentes sociais e a toda sociedade de sua inserção no contexto das relações econômicas, financeiras, sociais, ambientais e de responsabilidade pública por meio do balanço social, que é o relatório apropriado para isto.

A partir da adoção do Balanço Social, o pensamento dominante da empresa não poderá ficar restrito ao seu ramo de atividade. Deverá conhecer a sociedade e interagir com ela, demonstrar claramente suas ações, os cuidados com todos e com o meio ambiente. As realizações da empresa deixam de ser, exclusivamente, de conhecimento dos empresários e acionistas, estendendo-se para o domínio público.

A respeito do Balanço Social, Sucupira (2001, p. 124) faz o seguinte comentário: “embora tenha sua origem na contabilidade, não deve ser visto como um demonstrativo meramente contábil, mas como uma forma de explicitar sua preocupação com o cumprimento de sua responsabilidade social”.

Ou seja, o Balanço Social deixa de ser apenas uma análise de dados financeiros e patrimoniais e passa a ser uma maneira de demonstrar aos seus usuários como foram investidos os recursos advindos de sua atividade.

Conforme afirma Serra Negra (2000):

Olhando desta forma, o Balanço Social, deve ser algo real e consciente em todos os segmentos da sociedade, seja empresarial, entidades filantrópicas, empresas públicas, governos, conselhos de classes, etc. pois as instituições foram criadas pela sociedade e nada mais justo que, seus resultados, destinem-se à sociedade e ao desenvolvimento integral do ser humano e do Estado em seu conjunto.

O Balanço Social deverá ser elaborado tanto pelas empresas privadas quanto pelas empresas e instituições públicas constituídas, que devem prestar serviços e contas de sua atuação à sociedade.

Portanto, com o Balanço Social será possível levar à comunidade informações relevantes sobre projetos sociais, promover-se-á a inserção dessa nas empresas, o que resultará no desenvolvimento da região.

Segundo Kroetz (2000, p. 78):

o Balanço Social representa a demonstração dos gastos e das influências das entidades na promoção humana, social e ecológica, dirigidos aos gestores, aos empregados e à comunidade com que interage, no espaço temporal passado/presente/futuro.

O diferencial que tornará o balanço social uma realidade será a conscientização da empresa em evidenciar, junto aos empregados, clientes, fornecedores, acionistas e a comunidade, as ações voltadas ao meio ambiente e projetos sociais que os beneficiam.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 31):

O Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua.

A sociedade exige condutas éticas, participação social e cuidados ambientais, cada vez mais rígidos; os empresários estão conscientes que, além de direitos, também possuem deveres.

Os consumidores, hoje, preocupam-se em saber se os produtos são ecologicamente corretos, se não contribuem com a poluição do ar, da água, do solo, para o desmatamento e se garantem a dignidade do ser humano.

Martins (1997 *apud* TINOCO, 2001, p. 43) expõe que:

finalmente o Balanço Social veio, mais recentemente, a encampar o conjunto de informações à sociedade sobre a relação da empresa com o meio ambiente, evidenciando o que é obrigada a gastar, ou voluntariamente o faz, para prevenir ou remediar o que produz de consequências sobre ele, quais as metas de controle de poluição está obrigada a cumprir, quais as restrições que possui para operar etc. Essa nova postura de respeito ao meio ambiente deixou de ser uma simples bandeira de alguns movimentos sociais e tomou-se uma exigência legal no mundo dos negócios.

Hoje, não basta fazer, é preciso agir corretamente e demonstrar o que se faz para preservar ou recuperar o meio ambiente. O desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente estão estreitamente ligados.

Segundo Sucupira (2001, p. 124), mediante o Balanço Social:

a empresa mostra o que faz pelos seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta. É uma forma de dar transparência a suas atividades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da sociedade. É um mecanismo de construção de vínculos mais estreitos entre a empresa e a sociedade.

Além de demonstrar as políticas praticadas e a postura da empresa frente a essa nova realidade, essas ações acarretam internamente uma maior interação na relação entre empresa e colaboradores.

Os empregados, motivados e valorizados, sentem-se prestigiados por integrar uma empresa socialmente responsável, com reflexos na produtividade.

Segundo Kroetz (2000, p. 82):

O Balanço Social pode ser um instrumento que amplie e reforce a integração da entidade com os empregados, acolhendo sugestões e estimulando a participação voluntária de todos os níveis da organização, funcionando como uma ferramenta de controle estímulo à qualidade organizacional.

Os empregados são partes essenciais do processo produtivo. O Balanço Social é um elemento importante no fortalecimento do diálogo entre o capital e o trabalho, pois permite que todos os empregados tenham conhecimento das ações sociais e ambientais desenvolvidas pela empresa.

O Balanço Social é uma demonstração que, se usada corretamente, traz muitas vantagens para a empresa. Kroetz (1998, p. 48), comenta que:

O Balanço Social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerada uma ferramenta gerencial, pois reunirá dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas, sobre as relações empresa/ambiente, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle e de auxílio para a tomada de decisões e adoção de estratégias.

Pode ser usado como uma ferramenta gerencial de apoio à tomada de decisões quanto às estratégias a serem aplicadas, principalmente em seu ambiente interno. Além disso, poderá se configurar em um instrumento de *marketing*, uma vez que auxilia na divulgação e reconhecimento positivo da imagem da empresa, atraindo novos consumidores.

Kroetz (2000, p. 61) afirma:

O *marketing*, proporcionado pelo Balanço Social, é um aspecto de extrema relevância que pode seduzir empresários a publicá-lo por entenderem-no como um novo instrumento de publicidade. Todavia, essa é apenas uma face da importância do Balanço Social e não pode ser encarada como meta principal. Seu objetivo é o de compreender a atuação social da entidade, objetivando uma melhora contínua e não simplesmente transformá-lo em mais um serviço de divulgação. Antes de ser uma obrigação, o Balanço Social é um instrumento de apoio à gestão, pelo qual se mostra a face interna e externa da organização, o que permite sua avaliação, sua análise e os ajustamentos necessários.

A empresa está assumindo o seu papel em projetos e programas sociais de forma cada vez mais efetiva. Entre as vantagens auferidas estão a conquista de consumidores conscientes, a valorização da imagem e a construção de uma sociedade melhor. No entanto, não se pode esquecer que o objetivo principal do Balanço Social é divulgar os programas sociais que as organizações vêm realizando para o bem-estar social.

2.3 Origem e evolução do Balanço Social

O surgimento do Balanço Social foi decorrência da evolução do pensamento sociológico e do crescimento das empresas, em um período da história em que ocorreram profundas transformações na mentalidade empresarial e, principalmente

social, quanto à geração e uso da riqueza. Sobre esse assunto, Melges (2001) afirma que:

Segundo os historiadores, o início desta transformação do pensamento nasceu na Alemanha, fortemente influenciado pelo movimento trabalhista da década de 1920 e por várias correntes filosóficas da Europa, as quais apregoavam uma melhoria da qualidade de vida e promoviam questionamentos a respeito da riqueza gerada e acumulada pelas empresas.

Os movimentos trabalhista, estudantil e de intelectuais, questionavam sobre a falta de respeito para com os trabalhadores e suas necessidades, bem como sobre o predomínio do interesse individual das empresas que desconheciam a função social da mesma.

A partir da década de 60, com a exigência da população para que as empresas desenvolvessem ações sociais, surgiu a necessidade de se criar um método para divulgar essas práticas. De acordo com Kroetz (2000, p. 56):

Ocorre que a guerra do Vietnã, os movimentos estudantis na França e na Alemanha, e o aumento dos problemas sociais fazem com que as iniciativas se multipliquem, iniciando-se a discussão sobre a responsabilidade social das organizações e, também, procurando-se uma forma científica de prestar essas informações à sociedade. Surge então a proposta de uma demonstração denominada genericamente de Balanço Social, ou de "*social audit*", para os norte-americanos, de "*sozialbilanz*", para os alemães, e "*bilan social*", para os franceses.

A guerra do Vietnã gerou movimento de contestação na população, tanto com relação ao conflito quanto à exigência de uma nova postura, moral e ética, por parte das empresas. A partir daí, passam a exigir informações sociais das empresas, ou seja, uma prestação de contas desta à sociedade, em face de sua responsabilidade social com a mesma.

O avanço desses movimentos, pelos anos de 60 e 70, fez com que a França fosse o primeiro país, mediante a Lei nº 77.769, de 12 de julho de 1977, a tornar obrigatória a publicação do Balanço Social para as empresas com 300 empregados ou mais.

Pela concepção de Tinoco (2001, p. 31), "a lei francesa possui inegáveis méritos. Ela reconhece pela primeira vez de forma institucional a importância dos trabalhadores no seio da empresa como usuários da informação contábil e social".

Essa lei foi um marco para uma nova postura que permitiu observar as empresas no campo social, servindo de incentivo para que outros países passassem a adotar os preceitos da lei francesa.

Portugal também aderiu ao Balanço Social obrigatório para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com mais de cem empregados, a partir de 1985.

Segundo Kroetz (2000, p. 57):

Na América Latina, o Balanço Social aparece mesclando a experiência americana/européia, e busca um modelo de humanizar a empresa e de criar propostas participativas no sentido de desenvolver focos de democracia possíveis, numa época em que a quase totalidade dos países latino-americanos vivia sob regimes fechados e autoritários.

A convivência com o regime autoritário não impediu a adoção de uma abordagem dos problemas sociais, preocupação com suas soluções e o repasse de informes dessas ações à sociedade.

Já no Brasil, conforme Perottoni (2002), em São Paulo, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) foi quem deu início ao movimento voltado

ao Balanço Social, a partir do ano de 1961, quando se pronunciaram, em suas reuniões, a respeito da responsabilidade dos empresários em questões sociais.

A consolidação das propostas da ADCE ocorreu em 1965, com a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”. Em 1977, organizou-se o 2º encontro de Dirigentes de Empresas, a nível nacional, tendo como tema o “Balanço Social da Empresa”. A partir de 1979, o Balanço Social passa a ser tema central de seus congressos anuais.

Perottoni (2002) também identifica como os primeiros Balanços Sociais publicados no Brasil, em 1982, o da empresa FEMAQ S.A., de São Paulo e, em 1984, o da Nitrofertil, de Camaçari, Bahia.

O banco BANESPA foi o primeiro a publicar, nos anos 90, relatório completo, incluindo questões laborais e sua inserção na sociedade. A partir de 1993, é cada vez maior o número de empresas que divulgam o Balanço Social no Brasil.

Em 1997, a proposta ganha destaque quando encontra um defensor de peso que incentivou sua publicação. O sociólogo Herbert de Souza (Betinho) é o articulador e promotor dessa nova realidade junto à comunidade política e empresarial. Por meio de encontros e discussões lutou para implantar um Balanço Social adequado à realidade brasileira. Para isso, recebeu o apoio do IBASE, de quem foi fundador.

Uma das iniciativas pioneiras no Congresso Nacional foi o Projeto de Lei nº 3.116/97, elaborado pelas deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, que pretendia estabelecer a obrigatoriedade da

publicação do Balanço Social às entidades públicas e, de modo geral, às empresas privadas com mais de cem empregados.

Esse projeto de lei chegou até a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, e foi arquivado em 01/02/1998.

Atualmente, tramita, na Câmara dos Deputados, a reapresentação do projeto acima, agora contemplado no Projeto de Lei nº 32, de 1999, de autoria do deputado Paulo Rocha, apresentado em 3 de fevereiro de 1999.

O referido Projeto, que cria o Balanço Social, foi aprovado pela Comissão do Trabalho, em 17/11/1999, e segue os trâmites legais até chegar à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

2.4 *Usuários do Balanço Social*

Ao tratar de Balanço Social é essencial que se identifique a quem essa inovação interessa e qual o uso que poderá ter no contexto da organização e da sociedade em geral.

Segundo Kroetz (2000, p. 84):

A construção da proposta do Balanço Social deve observar os requisitos solicitados pelos mais diversos usuários, ou seja, para servir como um instrumento capaz de agregar valor, causar surpresa e desencadear ações, busca-se no usuário final, por meio da coleta de suas necessidades, a seleção das informações úteis e relevantes a serem divulgadas.

As informações contidas no Balanço Social favorecem a todos os grupos que interagem com a empresa e devem satisfazer a uma série de usuários com os mais diferentes interesses e necessidades. Por isto, devem ser claras, simples, acessíveis

e expressar a realidade da organização de forma transparente, permitindo o desencadeamento de novas ações.

Segundo Perottoni (2002, p. 56):

Atualmente, temos uma gama heterogênea de usuários desta informação. Podemos citar, entre outros: os administradores, tanto da empresa como de outras; os empregados e seus dependentes; os governos; os acionistas; os investidores; os fornecedores; os clientes; os financiadores; os concorrentes; a sociedade. Cada um buscando as informações de seus interesses individuais.

Considerando a diversidade de usuários e a necessidade de informações, a contabilidade defronta-se com a dificuldade de determinar nas diversas situações, o que é ou não importante e para quem.

De acordo com Tinoco (2001, p. 34), o Balanço Social destina-se a numerosos usuários, dos quais se destacam:

- grupos cujos membros de uma forma pessoal e direta trabalham para a empresa – os trabalhadores;
- grupos que se relacionam com a empresa – os clientes, pois de sua confiança vive a empresa;
- acionistas que aportam recursos a empresas;
- sindicatos dos trabalhadores;
- instituições financeiras, fornecedores e credores;
- autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, o Estado;
- comunidade local;
- pesquisadores, professores, todos os formadores de opinião.

Segundo Kroetz (2000), o rol dos requisitos procurados pelos diversos usuários, na busca da satisfação dos mesmos, com relação às informações, são os seguintes:

Para os trabalhadores, as informações do Balanço Social proporcionam subsídios para negociações com a categoria patronal, conhecimento das ações

realizadas em prol do quadro de funcionários e o perfil destes, além da influência que a organização exerce sobre a sociedade;

Aos clientes, o Balanço Social apresenta uma realidade usualmente desconhecida. Podem então, traçar um perfil da empresa, saber das políticas da organização, suas realizações voltadas para o ambiente social e ecológico, as relações com os empregados, permitindo optar pelos produtos ou serviços oferecidos;

Aos acionistas, fornece dados complementares às demonstrações contábeis e financeiras, além das realizações nas áreas social e ecológica, garantindo maior certeza na tomada de decisão relacionada com os investimentos;

Para os sindicatos essas informações permitem aperfeiçoar o processo de negociação com os empresários, bem como conhecer as realizações na área social, voltada ao quadro funcional;

Aos fornecedores, informa as políticas adotadas para a área social e ecológica, aumentando ou reduzindo o grau de confiabilidade para com a empresa;

Para o Estado, apresenta um leque de informações confiáveis por segmento social, por atividade, por região, entre outras, permitindo a criação de um banco de dados. O Balanço Social será um instrumento de apoio para fundamentar planos estratégicos, baseados na realidade das empresas, além de conhecer os tributos recolhidos, o potencial de arrecadação, as ações sociais e ambientais em desenvolvimento.

O Balanço Social informa a comunidade local acerca das ocorrências e realizações empresariais – positivas ou negativas – relacionadas com o meio ambiente e sociedade como um todo.

3 O BALANÇO SOCIAL DO IBASE

Nesta seção, discute-se sobre pontos polêmicos do Balanço Social, tais como obrigatoriedade e padronização; apresentam-se os principais modelos de Balanço Social do Brasil, a saber: o Modelo proposto pelo IBASE, o Modelo do Projeto de Lei e o Modelo da CVM.

Adicionalmente, faz-se uma análise comparativa dos modelos apresentados com o modelo do IBASE e mostram-se outras propostas de modelos de Balanço Social: Modelo de Perottoni e Modelo de Kroetz.

3.1 Pontos polêmicos do Balanço Social

O Balanço Social, por ser uma metodologia recentemente implantada no Brasil, é alvo de questionamento quanto à sua composição, seu caráter participativo, sua obrigatoriedade e padronização do modelo. A seguir, serão analisados alguns desses aspectos.

3.1.1 Obrigatoriedade

A obrigatoriedade de publicação do Balanço Social é um dos aspectos mais polêmicos e discutidos, atualmente no Brasil. A obrigatoriedade teve origem na França e posteriormente em Portugal. No Brasil, o primeiro projeto de lei que

procurou instituir a obrigatoriedade da publicação, foi de autoria das Deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling.

De acordo com Serra Negra (2000), "algumas entidades, como o IBASE, por exemplo, concordam que o Balanço Social deve ter elaboração e publicação obrigatória, pois uma lei representa legitimidade constitucional".

A legitimidade da lei, indiscutivelmente, irá garantir a publicação do Balanço Social. No entanto, a obrigatoriedade está sendo contestada por muitos autores e empresas. Na opinião de Kroetz (2000, p. 136):

O conflito de posições inicia à medida que alguns institutos e pessoas físicas entendem ser necessária a criação de uma lei que venha institucionalizar o processo, tornando obrigatória a divulgação do Balanço Social para determinadas entidades. Por sua vez, a grande maioria dos empresários não concorda com esse procedimento, argumentando que cabe a cada entidade prestar contas de suas influências para com a sociedade de forma espontânea.

As opiniões a respeito do assunto variam bastante. Os consumidores, em geral, e instituições voltadas às causas sociais são a favor da obrigatoriedade da publicação. Já, os empresários, em sua maioria, são contra essa proposta. Acreditam que a iniciativa da divulgação de suas ações sociais deve partir deles, e não deve ser imposta.

Para Mendes (1997, p. 5), "dar publicidade àquilo que a empresa faz em benefício do social poderá significar, para ela, a oportunidade de obter do mercado recompensa, o que daria à obrigatoriedade da publicação um lugar de menor importância".

O ato de publicar o Balanço Social traz benefícios para a empresa: cria uma boa imagem frente à população, fornecedores e colaboradores; atrai novos

consumidores; melhora o relacionamento com os funcionários, entre outros fatores. Portanto, ao reconhecer as vantagens em sua publicação, os empresários irão publicá-lo de maneira espontânea. Kroetz (2000, p. 137) comenta que:

A divulgação espontânea seria, com certeza, o plano ideal, porém existe o temor que isso jamais venha a ocorrer, pois muitos empresários não têm interesse em publicar o Balanço Social. Cabe à sociedade organizada e aos Contadores discutir e resolver esse impasse, buscando, de forma obrigatória ou não, oferecer aos usuários mais esse instrumento de acompanhamento e fiscalização sobre as ações desenvolvidas pelas entidades, cada vez mais autônomas.

O autor teme que a espontaneidade da divulgação não ocorra, por isso cabe à sociedade e aos contadores o incentivo dessa ação. Ou seja, cabe principalmente aos profissionais de contabilidade alertar os empresários sobre a importância da divulgação de informações mais abertas para a comunidade e seus colaboradores, voltadas a ações no campo social, e que atinjam um universo de pessoas maior do que é atingido atualmente pelas demonstrações tradicionais elaboradas e publicadas.

Perottoni (2002, p. 54), afirma que:

Com a adesão, cada vez maior, de empresas, principalmente as de grande porte, divulgando suas atividades sociais por meio do Balanço Social, as demais deverão seguir o mesmo caminho, não por imposição legal, mas por exigência da sociedade. Com certeza, a obrigatoriedade social, será um fator superior à obrigatoriedade legal.

A própria sociedade passa a exigir das empresas a divulgação das suas ações sociais. As empresas que não aderirem a essa exigência da sociedade podem perder mercado. Por consequência, a tendência é que o número de empresas que publicam o Balanço Social cresça cada vez mais.

Lima (2001) aborda outra questão de suma importância:

O fato é que não há nada contra nenhum tipo de lei, mesmo porque elas existem para que a ordem seja mantida em todos os aspectos que envolvam uma sociedade. No entanto, obrigar uma ação, que seria fruto de uma atitude que se julga espontânea, é incoerente. [...] Que sentido teria exigir compulsoriamente a prestação de contas de algo que não é compulsório? Nenhuma empresa é obrigada a usar parte de sua receita em investimentos sociais, de onde decorre perguntar: qual o objetivo de obrigar as que assim procedem a apresentar um balanço específico? [...] O ato voluntário não pode gerar instrumentos compulsórios.

O autor coloca em questionamento o aspecto da obrigatoriedade da publicação de uma ação que é voluntária, aspecto esse muito polêmico, uma vez que o desenvolvimento de ações sociais é uma prática facultativa da empresa.

De acordo com Lima (2001):

O grande mérito da ação comunitária e social das organizações é o seu caráter facultativo. Decorre do compromisso ético da empresa. Tomar a publicação uma obrigatoriedade significa retirar a essência da contribuição que vem dando no Brasil, para o avanço de projetos e de políticas públicas, além da relevância que está tomando a ação no atendimento de demandas sociais. Assumir compromissos com os problemas do país é hoje um elemento de diferenciação e competitividade, efetivo impulsionador das mudanças éticas no mercado. Bastará tomá-los uma obrigação legal para misturar culturas organizacionais comprometidas com os valores da cidadania, de garantias de direitos sociais básicos, a uma massa de ações assistencialistas ou meramente de imagem institucional.

Esse autor é de opinião que a obrigatoriedade do Balanço Social fará com que se perca o avanço no atendimento a políticas públicas por iniciativa das empresas, leva-o a considerar que a importância do Balanço Social não reside na obrigatoriedade de sua publicação, mas na sensibilidade e consciência dos empresários quanto a sua responsabilidade social.

Segundo Perottoni (2002, p. 54):

Países como os Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Inglaterra e Bélgica, onde a divulgação do Balanço Social está bastante desenvolvida, não possuem legislação exigindo, compulsoriamente, a sua publicação. A receptividade e os resultados obtidos do público externo, pelas empresas que tomaram a iniciativa de informar as suas políticas sociais, é que foram motivando outras a seguirem o mesmo caminho.

Em países onde o Balanço Social está mais desenvolvido, não há legislação que o torne compulsório; a exigência do público faz a diferença.

O Relato Setorial nº 2 – AS/GESET (www.bndes.gov.br) aborda outro aspecto da opinião das empresas sobre a obrigatoriedade do Balanço Social:

por considerarem o Balanço Social uma nova despesa temem que, em se tornando obrigatório, qualquer descontinuidade em sua publicação possa ser traduzida pelo mercado como existência de problemas internos à empresa. Ademais, algumas empresas consideram que o Balanço Social inclui informações estratégicas, o que, supostamente, beneficiaria seus concorrentes diretos. Por fim destaca-se o aspecto ideológico. Número considerável de empresas entende que somente o Estado é responsável pelas ações no âmbito social. Às empresas, caberiam suas atividades padrão, gerar empregos, lucros e pagar impostos.

3.1.2 Padronização

Desde meados de 1997, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho) e o IBASE vêm chamando atenção dos empresários e de toda a sociedade para a importância e a necessidade da elaboração do Balanço Social das empresas em um modelo único e simples. Afinal, apesar dessa demonstração ser recente, vários modelos têm sido utilizados pelas empresas para sua publicação.

De acordo com Serra Negra (2000):

o Ibase se apóia na tese que se a forma de apresentação das informações for livre, como tem sido a prática, toma-se mais difícil uma avaliação adequada da função social da empresa, já que ela tende a informar apenas o que lhe parece conveniente e, geralmente, sem dimensionar os valores gastos. Dessa forma, balanço social se confunde com uma mera peça de publicidade.

Esse Instituto acredita que a falta de um modelo a ser seguido pode comprometer as informações que serão divulgadas, pois as organizações tenderão a informar apenas dados que promovam sua empresa. Sendo assim, o Balanço Social perde o seu objetivo principal de divulgar as ações sociais realizadas por essas em cumprimento de sua função social.

TORRES (www.balancosocial.org.br) assim se manifesta frente à variedade de modelos que estão surgindo:

é necessário um modelo único – simples e objetivo. Este modelo vai servir para avaliar o próprio desempenho da empresa na área social ao longo dos anos, e também para comparar uma empresa com outra. Empresa que cumpre seu papel social atrai mais consumidores e está investindo na sociedade e no seu próprio futuro. E mais ainda, tem o direito, antes do dever, de dar publicidade às suas ações. Porém, esta propaganda será cada vez mais honesta e verdadeira, na justa medida em que utilizar parâmetros iguais e permitir comparações por parte dos consumidores, investidores e da sociedade em geral.

Um modelo simples serve como incentivo para as empresas elaborarem o Balanço Social, mas ao mesmo tempo pode omitir informações que seriam importantes para a análise da empresa. Para Melges (2001) muito se escreveu sobre o assunto,

mas pouco se discutiu efetivamente quanto às suas definições, características, necessidade, viabilidade, aplicabilidade, a existência de aspectos conflitantes das informações com as informações sociais; aspectos estes que, pela falta de discussão e conclusão conceitual e factual, não propiciaram o aparecimento de uma padronização, ou mesmo o oferecimento de uma modelagem que pudesse servir de parâmetro ou mesmo base de discussão aos dirigentes de tais empresas, como também não criou clima favorável ao estudo do tema de forma globalizada.

Há indagações no que diz respeito ao tipo de informação que deve ser divulgada e como será quantificada, o que seria favorecido pela padronização. Nesse sentido, Serra Negra (2000) discorre que:

Um dos pontos mais polêmicos é com referência à padronização do Balanço Social. Entre os profissionais contábeis a padronização é sempre vista com parcimônia. Se por um lado elas favorecem a comparabilidade das informações, por outro acaba colocando o profissional em uma "camisa-de-força" na qual limita a criatividade e o alcance das informações que deveriam ser prestadas.

Acredita-se que a padronização do modelo de publicação do Balanço Social comprometa a liberdade e a criatividade. Entretanto, vale lembrar que a atual liberdade tem possibilitado a divulgação tendenciosa e sem elementos de comparação. Assim, julga-se que a formalidade que traz a padronização seja positiva pelo fato de ter um modelo específico que facilite o entendimento e elaboração do mesmo.

Perottoni (2002, p. 56) considera necessário haver uma padronização na elaboração do Balanço Social,

por parte das empresas por meio de normas simples e claras para todos: empresários e usuários. Isso pode ser estabelecido mediante uma legislação que deve ser amplamente analisada e discutida com todas as partes interessadas. Precisamos estabelecer informações mínimas a serem divulgadas e que sejam efetivamente relevantes tanto para o público interno como para o público externo.

Ou seja, para se atender os usuários do Balanço Social, é importante uma padronização na sua elaboração. Esse autor é de parecer que deva existir uma legislação que defina regras a serem seguidas por todos.

Segundo o Relato Setorial nº 2 – AS/GESET (www.bndes.gov.br):

A inexistência de regras definidas para o conteúdo faculta às empresas selecionarem as informações que desejam divulgar. Os chamados modelos próprios oscilam entre informações muito sucintas – às vezes apenas um parágrafo, no meio dos relatórios para a administração ou dentro do balanço patrimonial – até publicações bastante sofisticadas em termos de apresentação, mas nem sempre com a mesma qualidade de dados e de indicadores. Evidentemente, neste espectro de variação, destacam-se os balanços que efetivamente cumprem a tarefa de prestação de contas e de divulgação das ações empreendidas, e não apenas a de promoção de *marketing*.

Essa liberdade na divulgação dos dados do Balanço Social faz com que surjam diversos modelos. Essa variedade de modelos dificulta a comparação de dados de um Balanço Social com outro, pois podem trazer informações diferentes. É imprescindível que as informações essenciais sejam padronizadas. Convém destacar que, alguns dos modelos utilizados, apresentam excelente padrão de informações. Para Serra Negra (2000):

Na contabilidade a padronização acontece sob duas formas: através de imposição legal (lei, decreto, resolução, etc.) ou mediante convenção (uso e costume). Em minha opinião o Balanço Social não deve ser totalmente padronizado. A padronização deve ser imposta para itens econômico-financeiros que permitam uma base de comparação de desempenho empresarial entre uma empresa e outra, e ser livre para as informações que são típicas de determinadas empresas. Levar em consideração o tipo de empresa e seu *modus operandi* devem merecer atenção especial dos contabilistas e legisladores do país.

Esse autor é de parecer que o Balanço Social não seja completamente padronizado. Até mesmo porque as empresas apresentam características diferentes. Na sua opinião, a padronização deve ocorrer para itens econômico-financeiros, pois irá permitir a comparação do desempenho entre as empresas.

Kroetz (2000, p. 152) apresenta parecer contrário à padronização:

Na fase inicial do desenvolvimento do Balanço Social, não será certamente desejável a imposição de um modelo único, seja por regiões, por espécie de organizações, por setores de atividade ou por qualquer outra classificação. É certo que a definição de modelos similares poderia ter utilidade imediata, à medida que é lógico supor que entidades com mesmas características enfrentam situações semelhantes.

O autor é de opinião que um modelo único não iria atender todas as empresas. Organizações com mesmo ramo de atividade, porém, poderiam utilizar modelos semelhantes.

De acordo com Lima (2001):

Um balanço deve registrar tudo o que aconteceu em termos de gestão de uma determinada entidade em um dado período. Tanto os impactos positivos quanto os negativos dessa gestão devem ser contabilizados. A proposta de balanço social segue na direção de se publicar o que a entidade está fazendo de bom para a sociedade, não mencionando os deslizes que muitas vezes ela comete, como a ocorrência de agressões ao meio ambiente, casos de acidente de trabalho, número de reclamações sobre produtos e serviços etc. [...] É evidente que as empresas, em sua consciência, não irão publicar ações ou números negativos em um instrumento de informação pública, principalmente em se tratando de casos ocorridos no âmbito social ou ambiental.

A única forma de fazer com que as organizações insiram aspectos negativos no seu Balanço Social seria mediante uma legislação que padronize as informações que nele devam estar contidas. A sociedade deve ter conhecimento desses aspectos, além de ser uma forma de a empresa demonstrar transparência e ética nas suas práticas. Ao publicar o Balanço Social, anualmente, poderá mostrar o que tem feito para minimizar os deslizes ocorridos em exercícios anteriores.

3.1.2.1 Confiabilidade e veracidade dos dados contidos no Balanço Social

A falta de padronização e legislação quanto às informações contidas no Balanço Social faz com que ocorram questionamentos com relação à credibilidade dessas informações.

Silva *et al* (1998, p. 31 *apud* KROETZ, 2000, p. 45) comentam que “existe grande interesse que o desenvolvimento da informação social não se processe de uma forma anárquica, em que cada empresa informe do que lhe convém, utilizando critérios e medidas particulares e discutíveis”.

A falta de critérios e de um padrão para a elaboração dos dados sociais permite que as organizações divulguem apenas o que julgarem necessário e também possibilita a manipulação dessas informações, causando, assim, dúvidas em função de sua confiabilidade e veracidade.

De acordo com a Resolução nº 785, de 28 de julho de 1995, do Conselho Federal de Contabilidade, “A confiabilidade é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e utilize como base de decisões configurando, pois é elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação”.

Também, conforme a referida Resolução, “A confiabilidade da informação fundamenta-se na veracidade, completeza e pertinência do seu conteúdo”.

A confiabilidade é uma característica indispensável nas informações contábeis: garante a veracidade dos dados para que os usuários possam utilizá-las de forma segura. Iudícibus e Marion (1999, p. 66) afirmam que:

a informação deve ser também confiável, estando livre de erros materiais e vieses sendo que pode ser aceita pelos usuários como representando fielmente o que está destinada a informar ou que se poderia razoavelmente se esperar que evidenciasse.

A confiabilidade será garantida com a possibilidade de confirmação da informação na fonte. A ausência de erros é outro fator que deve ser buscado pelos responsáveis pelos dados.

De acordo com Kroetz (2000, p. 108), apesar de o Balanço Social não possuir um modelo padrão, as informações contidas devem seguir alguns princípios gerais.

São eles:

- pertinência – a informação deve ser relevante, clara e concisa, devendo refletir a realidade;
- objetividade – a informação deve ser factual, não distorcida (fidelidade), expressando os fatos de uma forma independente, relativamente aos juízos pessoais de quem a prepara (neutralidade);
- continuidade – as práticas de coleta, registro e demonstração devem manter-se de um período para o outro. A falta de continuidade diminui a comparabilidade dos dados e pode ocultar certa manipulação da informação;
- uniformidade ou consistência – a informação deve permitir comparações, usando dados de anos anteriores, normas e valores médios de cada setor e/ou outros valores representativos publicados por organismos nacionais e internacionais etc. A comparabilidade supõe certo grau de padronização, e, em casos de alteração dos procedimentos, deve ser explicada em notas específicas;
- certificação – a informação deve ser susceptível de ser confirmada e certificada por uma entidade independente da organização e dos destinatários da informação.

É fundamental que as informações contidas no Balanço Social respeitem os princípios supracitados, para que elas sejam úteis e credíveis. Em suma, devem apresentar clareza, fidelidade aos fatos, seguir um padrão de um ano para o outro, permitir comparações e confirmação dos dados apresentados.

Para Sucupira (2001, p. 128): "O mercado será o grande auditor das empresas. Aquela que divulgar dados não condizentes com a realidade poderá ser

desmascarada e pagar preço elevado em função da deterioração de sua imagem com o público”.

A empresa deve ter plena consciência que ao divulgar dados não condizentes com a realidade estará prejudicando a si mesma. A divulgação deve ser vista como um compromisso de transparência em relação ao público interno e externo.

3.2 Principais modelos de Balanço Social do Brasil

De acordo com Serra Negra (2000), “Existem no Brasil três fortes correntes que predominam na sugestão de como deve ser elaborado o Balanço Social”. A primeira corrente é o modelo proposto pelo IBASE; a segunda está relacionada com o projeto de lei das Deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling e a última é o modelo sugerido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Segue, abaixo, a apresentação de cada uma destas correntes.

3.2.1 Modelo proposto pelo IBASE

O Instituto de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, criada em 1981. O IBASE (www.ibase.br) tem como missão “a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã”.

Como forma de incentivar a publicação do Balanço Social, o sociólogo Herbert de Souza e o IBASE, em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, desenvolveram em 1997 um modelo a ser seguido. Segundo Sucupira (2001, p. 127):

Era preciso construir um modelo composto de indicadores que apresentasse as seguintes características: simplicidade e de natureza quantitativa/financeira. A simplicidade é a garantia do envolvimento de maior número de empresas. Quanto mais simples for o modelo, menos resistências surgirão em relação ao levantamento de informações e à produção do documento. A simplicidade também é fundamental para que uma empresa não se sinta desestimulada pelo custo de fazer o balanço. A elaboração do balanço social em um modelo simples e objetivo não deve gerar novos encargos, até porque a maioria dos dados a serem utilizados já figuram nos relatórios da empresa.

A simplicidade do modelo proposto pelo IBASE é fator de estímulo para que todas as empresas, de grande ou pequeno porte, e de qualquer área de atuação, passem a publicar o Balanço Social.

De acordo com Torres (2001, p. 26), esse modelo tem quatro particularidades que devem ser destacadas:

- a) foi criado com base na iniciativa de uma ONG, que cobra transparência e efetividade nas ações sociais e ambientais das empresas;
- b) separa as ações e benefícios obrigatórios, dos realizados de forma voluntária pelas empresas;
- c) é basicamente quantitativo; e
- d) se for corretamente preenchido, pode permitir a comparação entre diferentes empresas e uma avaliação de uma mesma corporação, ao longo dos anos.

O modelo criado por iniciativa do IBASE serve de motivação para a socialização das ações sociais, por inúmeras empresas que demonstram sua atuação em projetos comunitários e voltados para seus empregados. Por ser quantitativo, servirá para avaliação, a longo prazo, dos resultados da ação da empresa e da solidez de sua imagem, assim como para comparação com outras ações desenvolvidas na comunidade.

Sucupira (2001, p. 127) comenta que:

A predominância de indicadores quantitativos/financeiros [...] característica do modelo apresentado pelo Ibase, é fundamental para que esse instrumento não se tome apenas uma peça de *marketing*. Mesmo que em algumas situações a atribuição de valores às iniciativas sociais possa parecer complexa e de difícil mensuração, ainda assim deve ser feito esforço no sentido de quantificá-las.

Como predominam dados quantitativos, pode-se prever certa dificuldade em sua elaboração, mas o modelo foi desenvolvido para possibilitar a publicação por todas as empresas sem exigir a criação de uma estrutura interna. O volume de informações sociais permitirá a análise dos resultados da empresa nessa área e de parâmetros para a melhoria do desempenho da ação social e gestão dos negócios.

Sucupira (2001, p. 129) assim define a publicação do Balanço Social:

Ousadia talvez seja a palavra mais adequada para expressar o ato de publicar o BS nos jornais, já que o modelo Ibase, pela simplicidade de apresentação e pelo fato de ser quantitativo, possui a característica de ser revelador, o que diferencia daquelas balanços sociais em que empresas relatam suas ações sociais apenas com textos promocionais e fotos bonitas.

Conforme destacado anteriormente, o modelo de Balanço Social desenvolvido pelo IBASE, pelas suas características, não se confunde com uma estratégia de *marketing*, mas poderá garantir destaque promocional e benefícios à empresa com sua elaboração, uma vez que se constituirá em um relatório de seu desempenho com os recursos humanos, a cidadania e o meio ambiente. Freire e Rebouças (2001, p. 109) comentam que:

Embora o "balanço social" como proposto pelo IBASE apresente uma memória bienal de alguns indicadores sociais relevantes, o conteúdo de informações que ele disponibiliza é bastante restrito ao que seria necessário em um relatório sobre capacitação e performance dos recursos humanos, cujas informações viriam a ser empregadas como ferramenta destinada a incrementar a competitividade empresarial no que tange às informações do pessoal empregado. No entanto, sua simplicidade é extremamente conveniente para estimular empresas a sua preparação, além de ser altamente funcional como elemento para julgamento do mérito relativo a outorga do selo do "Balanço Social" do IBASE.

O modelo de Balanço Social do IBASE vem sendo utilizado por um número significativo de empresas, dentre outros motivos pela simplicidade na sua elaboração. Alguns autores sugerem a adoção de uma gama maior de informações com relação às características e desempenho dos recursos humanos.

Com a intenção de aumentar o número de empresas que utilizam esse modelo, em 1998, o IBASE lançou o Selo Balanço Social IBASE/Betinho para premiar as empresas que usam o modelo dentro da metodologia e dos critérios propostos por esse instituto.

Para permitir que os dados do Balanço Social sejam comparáveis e como forma de evitar que os empresários divulguem somente as informações que julgarem convenientes, há a necessidade de se criar um modelo padrão. O modelo IBASE tem sido sugerido devido a sua simplicidade como também por ter sido construído em parceria com representantes de empresas públicas e privadas. Este modelo é apresentado como Anexo 1.

3.2.2 Modelo do Projeto de Lei

As deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, mediante o Projeto de Lei nº 3.116/97, pretendiam estabelecer a obrigatoriedade da elaboração e da publicação do Balanço Social para todas as empresas privadas, com cem ou mais empregados, e para todas as empresas públicas independentemente do número de empregados.

O artigo 2º do referido projeto define o Balanço Social como:

Art. 2. Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Apesar de não propor a padronização, o projeto indica, em seu artigo 3º, as informações que devem estar contidas:

Art. 3. O Balanço Social deverá conter informações sobre:

I – A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviço;

II – Os empregados: o número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antigüidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas-extras trabalhadas; valor total das horas-extras pagas;

III – Valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV – Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V – Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VI – Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII – Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionado, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII – Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX – Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X – Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações previdenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI – Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII – Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

Parágrafo Único: Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

Apesar de não propor um modelo a ser seguido, o projeto determina o que deve estar contido no Balanço Social. Ele deverá trazer informações detalhadas sobre a empresa, seus empregados, o valor dos tributos e encargos pagos, os valores gastos em benefícios para os trabalhadores, além dos investimentos na comunidade e no meio ambiente.

A respeito do Projeto de Lei nº 3116/97, Freire e Rebouças (2001, p. 114) comentam que:

o balanço social como proposto no referido projeto de lei é bastante limitado. As informações a serem fornecidas, seu tratamento e forma de apresentação não são detalhadas, havendo além disso uma superposição com aquelas já fornecidas na RAIS, em que há a obrigatoriedade de preparação. Vale salientar que uma simples modificação na quantidade, qualidade e na estruturação das informações a serem fornecidas na RAIS poderia transformá-la em algo mais próximo a um balanço social. A estratégia de modificar a RAIS para aproximá-la o máximo possível de um verdadeiro balanço social seria inclusive mais fácil de ser implementada do que a promulgação de uma nova lei em face das dificuldades inerentes ao processo legislativo brasileiro.

Como o referido projeto não detalha forma de apresentação e até repete dados já fornecidos pela RAIS, os autores salientam que uma proposta para a reformulação da estrutura, quantidade e qualidade das informações da RAIS poderia transformá-la no Balanço Social, o que facilitaria sua aprovação e implantação.

Esse projeto foi arquivado em 1998, foi reapresentado pelo Deputado Paulo Rocha e atualmente tramita na Câmara dos Deputados, como Projeto de Lei nº 32/99.

3.2.3 Modelo da CVM

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) se posiciona como incentivadora e apoiadora da divulgação voluntária das ações das empresas que demonstram suas realizações no campo social.

A CVM define-se como (www.cvm.gov.br):

uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei N° 6.385, de 07 de dezembro de 1976, com a finalidade de disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários, entendendo-se como tal aquele em que são negociados títulos emitidos pelas empresas para captar, junto ao público, recursos destinados ao financiamento de suas atividades.

A atividade da CVM relaciona-se, exclusivamente, com o mercado de valores mobiliários, negociação de ações, debêntures e quotas de fundos de investimento em renda variável, compreendendo, ainda, um universo mais amplo de títulos.

Para a CVM (www.cvm.gov.br):

o Balanço Social é o instrumento que possibilita à sociedade ter conhecimento dessas ações sociais empresariais. Esse conhecimento se processa mediante a divulgação de um conjunto de informações relevantes, normalmente agrupadas em indicadores (como por exemplo: indicadores laborais, sociais e do corpo funcional) que evidenciam, dentre outros, os gastos e investimentos feitos em benefício dos empregados e em benefício da comunidade. O Balanço Social, na sua definição mais ampla, inclui, ainda, informações sobre o meio ambiente e sobre a formação e distribuição de riqueza gerada pelas empresas (valor adicionado) e, quando apresentado em conjunto com as demonstrações financeiras tradicionais, é efetivamente o instrumento mais eficaz e completo de divulgação e avaliação das atividades empresariais.

A CVM integrou-se ao IBASE com o intuito de incentivar a propagação do Balanço Social; elaborou e colocou em audiência pública uma minuta de instrução que definia a obrigatoriedade da divulgação de informações de natureza social. Essa minuta apresenta um modelo de demonstrativo semelhante ao do IBASE.

O modelo proposto pela CVM agrupa indicadores sociais, organizados em tabela de fácil preenchimento; sua base de cálculo é composta pelo faturamento bruto, lucro operacional e folha de pagamento; as informações sociais estão agrupadas em indicadores laborais, sociais e do corpo funcional.

Foi realizado vasto debate público, no entanto não se chegou a um consenso quanto à divulgação obrigatória do Balanço Social; apenas se concluiu que sua elaboração e divulgação devem refletir o grau de comprometimento da empresa e de seus dirigentes, além de estimular outras empresas a o fazerem.

A CVM decidiu, então, mudar o foco da discussão, transferindo-o para o Congresso Nacional, propondo a inclusão no anteprojeto de reformulação da lei nº 6.404/76, que trata das sociedades por ações, disposição, estabelece que essas sociedades, bem como quaisquer outras empresas consideradas de grande porte, devem divulgar informações de natureza social, além da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado. Na concepção de Tinoco (2001, p. 64):

Uma das formas que ampliam a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das organizações é pelo valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros, valor esse denominado de Valor Adicionado ou Valor Agregado (valor total da produção de bens e serviços de determinado período, menos o custo dos recursos adquiridos de terceiros, necessários a essa produção), bem como a forma pela qual este está sendo distribuído entre os diferentes grupos sociais que interagem com suas atividades.

O valor adicionado reflete o valor da riqueza gerada, quanto foi agregado aos insumos adquiridos, a participação dos empregados, investidores, serviços de apoio, entre outros, na geração dessa riqueza. Ou seja, mostra como o valor adicionado gerado pela empresa é distribuído e quais são os beneficiários.

A posição da CVM é de grande importância para a consolidação do Balanço Social, visto que sua participação demonstra que a esfera pública federal também está empenhada em incrementar a publicação do Balanço Social no meio empresarial brasileiro.

3.3 Análise comparativa dos modelos de Balanço Social apresentados

A partir dos modelos apresentados, faz-se uma análise comparativa entre os modelos do projeto de lei e o modelo da CVM, com o modelo proposto pelo IBASE.

Os modelos propostos de Balanço Social apresentam pequenas diferenças, mas têm em comum a abordagem de aspectos internos e externos à empresa.

Quanto à base de cálculo, enquanto o modelo do projeto de lei e o modelo da CVM apresentam o faturamento bruto, o Balanço Social do IBASE utiliza a receita líquida, ou seja, a receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais. Nos três modelos estão contidos os valores do lucro operacional e da folha de pagamento, todavia no modelo do IBASE se utiliza a nomenclatura “resultado operacional” ao invés de “lucro operacional”. O modelo do projeto de lei é o único, dos modelos analisados, que mostra o valor pago a empresas prestadoras de serviço.

Os indicadores utilizados são semelhantes, apenas alteram, às vezes, a nomenclatura e a inclusão ou exclusão de um ou outro indicador.

O modelo do IBASE é composto por indicadores sociais internos ou indicadores laborais, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional e ainda apresenta informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e a distribuição do valor adicionado. O modelo da CVM apresenta indicadores laborais, sociais e do corpo funcional.

Os indicadores laborais externos se referem à análise dos aspectos relacionados com a política de recursos humanos desenvolvida pela empresa, cujos indicadores são os que mais se destacam; possibilitam identificar como a empresa trata seus funcionários, sobretudo, a importância desses para a organização.

Nos indicadores sociais, são arrolados os investimentos efetuados diretamente na sociedade, mostrando o grau de comprometimento da empresa com os problemas sociais. Os indicadores ambientais trazem informações relacionadas com os investimentos no meio ambiente.

Os indicadores do corpo funcional têm o objetivo de avaliar se a empresa vem criando novos postos de trabalho, ou se vem eliminando os já existentes, além de outras informações relacionadas com o quadro funcional.

Como o modelo proposto pelo projeto de lei não apresenta uma estrutura, apenas as informações que devem constar no Balanço Social, não existe uma divisão de indicadores. Porém, menciona que deve conter informações do corpo funcional, encargos sociais, valores gastos em alimentação, educação, saúde, benefícios e segurança do trabalhador, inclusive quanto aos planos de previdência

privada, de aposentadoria, e os investimentos em prol do meio ambiente e na comunidade, como cultura, lazer e esportes.

No modelo do IBASE, os valores dos indicadores sociais internos devem ser apresentados, relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e a receita líquida, bem como os indicadores sociais externos e os indicadores ambientais em relação ao resultado operacional e a receita líquida.

No modelo do projeto de lei, todos os valores mencionados devem ser demonstrados, relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional.

3.4 Outras propostas de modelos de Balanço Social

A seguir serão apresentadas duas propostas de Balanço social e uma análise comparativa de cada um desses modelos em relação ao proposto pelo IBASE.

3.4.1 Modelo proposto por Perottoni

Perottoni (2002) desenvolveu um modelo analisando a proposta do IBASE, os projetos de legislação e diversas publicações de Balanço Social. Sobre o modelo, Perottoni (2002, p. 57), comenta que “elaboramos uma relação de indicadores que julgamos importantes a serem divulgados pelas empresas e que, em nosso entender, atenderiam às necessidades de todos os usuários”. Apresenta-se esse modelo como Anexo 2.

Esse modelo se assemelha ao do IBASE, tanto na estrutura como em suas informações, com algumas exceções. Na base de cálculo, inclui o valor pago a prestadores de serviços.

Quanto aos indicadores laborais, que o IBASE denomina como indicadores sociais internos, apresentam pequenas diferenças. No modelo sugerido por Perottoni foram incluídos os gastos com transporte e remuneração. Em compensação, não traz os valores despendidos com cultura e creches ou auxílio-creche, presentes no modelo IBASE.

Com relação aos indicadores sociais, possui os mesmos dados sobre as contribuições para a sociedade, existentes no modelo do IBASE, com exceção do combate à fome e segurança alimentar. Junto com os indicadores sociais, apresenta um item referente aos investimentos em meio ambiente, diferentemente do IBASE que possui uma seção dedicada aos indicadores ambientais.

Nos indicadores do corpo funcional, apresenta cinco informações contra dez do IBASE, sendo que possuem em comum os seguintes dados: o número de empregados no final do período e o número de empregados portadores de deficiência.

Esse modelo não apresenta em sua estrutura a Demonstração do Valor Adicionado.

3.4.2 Modelo proposto por Kroetz

Kroetz (2002) propõe um modelo de Balanço Social dividido em categorias laborais, sociais e ambientais, traz dados sobre o perfil da entidade, propõe a

demonstração do valor adicionado e possui espaço para informações complementares. Esse modelo é apresentado como Anexo 3.

Esse modelo apresenta uma estrutura diferente do modelo do IBASE. Não possui base de cálculo, conseqüentemente não permite estabelecer comparação do percentual de cada item com a folha de pagamento, por exemplo. Além disso, não está dividido em indicadores e sim em dados laborais, ações sociais e ambientais. Inclui também a demonstração do valor adicionado e outras informações.

Difere também na composição dos dados. Enquanto o Balanço Social do IBASE exhibe apenas dados qualitativos e quantitativos, esse apresenta também dados descritivos.

O modelo possui algumas informações semelhantes às contidas no modelo do IBASE e adiciona outras; apresenta uma particularidade que deve ser destacada. A maioria dos modelos que vêm sendo utilizados, inclusive os expostos neste trabalho, mostram basicamente dados positivos sobre a entidade.

Nesse modelo, encontram-se informações que não espelham apenas aspectos favoráveis: reclamações trabalhistas, número de ações judiciais, número de multas ambientais e acidentes ambientais, por exemplo. Dados esses que a sociedade deve saber e dificilmente são divulgados.

O modelo proposto já foi adotado como base para a preparação dos balanços sociais que concorrem ao certificado de responsabilidade social, ofertado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, nessa complexa economia, as empresas estão procurando se reorganizar, rever suas práticas e conceitos para enfrentar com transparência e ética os desafios do mercado competitivo.

As empresas necessitam investir na qualidade do relacionamento com os diversos públicos com os quais se relaciona, bem como atender as demandas crescentes da sociedade em participar de um esforço conjunto com vistas ao desenvolvimento social e ambiental, aliados ao econômico. Ou seja, praticar a responsabilidade social.

Para atender a essa nova postura, o Balanço Social aparece como o principal mecanismo de informação e prestação de contas da prática das ações sociais realizadas pelas empresas, sobretudo deve ser visto como um instrumento de grande valor estratégico para as empresas que o adotam.

Além de demonstrar a transparência da administração, o Balanço Social serve de ferramenta de informação e gestão, oferece dados que demonstram quais metas estão sendo cumpridas e qual será o foco de concentração de investimentos futuros; é a via de ligação entre o executor da ação social e seus beneficiários, e como tal fortalece o diálogo social entre trabalho e capital e permite que os resultados sejam compartilhados, tanto para o público interno como externo.

Para que o Balanço Social seja corretamente utilizado, e para garantir a credibilidade de suas informações, faz-se necessária a criação de uma legislação que padronize um modelo de Balanço Social a ser seguido, para que não se torne apenas uma estratégia de *marketing*.

Diante da grande variedade de modelos que vêm sendo utilizados e os modelos apresentados, pode-se inferir que apesar de todos apresentarem a mesma essência, a estrutura deve ser discutida.

Um dos modelos mais adotados e sugerido para se tornar o modelo padrão é o do IBASE; ele é um modelo simples e de fácil preenchimento em virtude de ter como meta incentivar um número cada vez maior de empresas a divulgá-lo.

Esse modelo contempla indicadores sociais internos e externos, indicadores ambientais e do corpo funcional, traz informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e a distribuição do valor adicionado. Contudo, suas informações abordam basicamente aspectos positivos e deixam de informar deslizes que a empresa possa ter causado a seus funcionários, à sociedade e ao meio ambiente.

A criação de um modelo a ser seguido por todos, mediante uma legislação que determine também as informações essenciais que devem ser divulgadas, fará com que os usuários do Balanço Social tenham acesso às informações que lhes são úteis, além de permitir a comparação de uma empresa com outra, quanto ao exercício da responsabilidade social.

Este trabalho de conclusão de curso pode servir como base para futuros trabalhos, mediante um estudo que determine um modelo de Balanço Social a ser utilizado como modelo padrão.

REFERÊNCIAS

BALANÇO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 05 jan. 2004.

BNDES. Balanço social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa. Relato Setorial nº 2 – AS/GESET. Rio de Janeiro, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2004.

BNDES. Empresas, responsabilidade corporativa e investimento social: uma abordagem introdutória. Relato Setorial nº 1 – AS/GESET. Rio de Janeiro, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2004.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 3.116/97. Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 01 mar. 2004.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC Nº 785/95. Aprova a NBC T 1 – Das Características da Informação Contábil. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 24 out. 2004.

CVM. Comissão de Valores mobiliários. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2004.

FREIRE, Fátima de Souza; REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. Uma Descrição Sucinta do Balanço Social Francês, Português, Belga e Brasileiro. In: **SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (Org.). Balanço Social: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1993.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 23 fev. 2004.

INSTITUTO ETHOS. Perguntas freqüentes. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 05 jan. 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Introdução à teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, César Eduardo Stevens. Balanço Social: uma demonstração da responsabilidade social, ecológica e gestorial das entidades. In: **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, ano XXVII, nº 113, p. 43-51, set/out. 1998.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, César Eduardo Stevens. Balanço Social: uma proposta de normalização. In: **Revista do CRCPR**. Curitiba, ano XXVII, nº 132, 1º quadrimestre de 2002. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br>>. Acesso em: 27 out. 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990.

LIMA, Paulo Rogério dos Santos. Balanço Social: ferramenta de gestão e informação. In: **Revista Eletrônica do Terceiro Setor**. São Paulo, ano IV, nº6, set. 2001. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano4/6/administrando.htm>>. Acesso em: 27 out. 2004.

MELGES, Walmir da Rocha. **Balanço Social**. Disponível em: <<http://www.sinescontabil.com.br>>. Acesso em: 19 out. 2004.

MENDES, Martins Maria José. Balanço social: uma idéia milenar. In: **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, ano XXVI, nº 106, p. 4-5, jul/ago. 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

PEIXE, Blênio César Severo. Balanço Social: o poder de difusão da informação. In: **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, ano XXIX, nº 122, p. 60-69, mar/abr. 2000.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. In: **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, ano XXXI, nº 134, p. 51-59, mar/abr. 2002.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto. **Inserindo o Balanço Social no contexto de decisões do mercado de capitais**. Trabalhos Profissionais. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <www.sinescontabil.com.br>. Acesso em: 19 out. 2004.

SOUZA, Herbert de. Empresa Pública e Cidadã. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (Org.). **Balanço Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

SUCUPIRA, João A. Ética nas empresas e Balanço Social. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (Org.). **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TORRES, Ciro. Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e Balanço Social no Brasil. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (Org.). **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do Balanço Social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 27 out. 2004.

ANEXOS

ANEXO 1 – Balanço Social Anual IBASE (2003)

1. Base de cálculo	2003 Valor (mil reais)			2002 Valor (mil reais)		
Receita Líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2. Indicadores sociais internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total – Indicadores sociais internos						
3. Indicadores sociais externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total – Indicadores sociais externos						
4. Indicadores ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2003			Metas 2004		
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2003:			Em 2002:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	% governo	% colaboradores(as)	% acionistas	% governo	% colaboradores(as)	% acionistas
	% terceiros	% retido		% terceiros	% retido	
7. Outras informações						

Fonte: www.balancosocial.org.br

ANEXO 2 - Modelo de Balanço Social proposto por Perottoni

Descrição	Exercício 20x2				Exercício 20x1			
1 – Base de Cálculo (Em R\$ mil)								
1.1 Receita Líquida (RL)								
1.2 Lucro Operacional (LO)								
1.3 Folha de Pagamento (FPB)								
1.4 Valor pago a Prestadores de Serviços								
2 – Indicadores Laborais	20x2				20x1			
	Valor R\$ mil	% s/ 1.1	% s/ 1.2	% s/ 1.3	Valor R\$ mil	% s/ 1.1	% s/ 1.2	% s/ 1.3
2.1 – Alimentação								
2.2 – Transporte								
2.3 – Remuneração								
2.4 – Encargos Sociais Compulsórios								
2.5 – Previdência Privada								
2.6 – Saúde								
2.7 – Educação								
2.8 – Participação nos Resultados								
2.9 – Treinamento								
2.10 – Segurança no Trabalho								
2.11 – Outros Benefícios								
Total – Indicadores Laborais								
3 – Indicadores Sociais	20x2				20x1			
	Valor R\$ mil	% s/ 1.1	% s/ 1.2	% s/ 1.3	Valor R\$ mil	% s/ 1.1	% s/ 1.2	% s/ 1.3
3.1 – Tributos								
3.2 – Contribuições para a Sociedade								
3.2.1 – Educação								
3.2.2 – Cultura								
3.2.3 – Saúde								
3.2.4 – Esporte e Lazer								
3.2.5 – Outros investimentos								
3.3 – Investimentos em Meio Ambiente								
Total – Indicadores Sociais								
4 – Indicadores do Corpo Funcional	20x2				20x1			
4.1 – Nº de empregados no início do período								
4.2 – Nº de empregados no final do período								
4.3 – Nº de empregados portadores de deficiência								
4.4 – Nº de acidentes de trabalho								
4.5 – Nível de escolaridade								
4.5.1 - % com 1º grau								
4.5.2 - % com 2º grau								
4.5.3 - % com 3º grau								
4.6 – Outras informações								

Fonte: Perottoni (2002, p. 57)

ANEXO 3 - Modelo de Balanço Social proposto por Kroetz

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE		
1.1 Razão/denominação social 1.2 Endereço 1.3 CGC/MF 1.4 CCC/TE 1.5 Breve Histórico 1.6 Principais produtos 1.7 Área de atuação – regiões 1.8 Participação nos mercados interno e externo 1.9 Outras		
2. DADOS LABORAIS	Ano 1	Ano 2
2.1 Dados não-monetários 2.1.1 Admissões no período 2.1.2 Demissões no período 2.1.3 Número médio de empregados 2.1.4 Total de funcionários no final do exercício 2.1.4.1 Mulheres 2.1.4.2 Deficientes físicos 2.1.4.3 Adolescentes 2.1.4.4 Estrangeiros 2.1.4.5 Idosos 2.1.5 Reclamações trabalhistas 2.1.6 Acidentes de trabalho 2.1.7 Multas derivadas 2.1.8 Outros dados 2.2 Dados monetários 2.2.1 saúde 2.2.2 Moradia e habitação 2.2.3 Segurança e higiene 2.2.4 Alimentação 2.2.5 Transporte 2.2.6 Educação e treinamento 2.2.7 Esporte e lazer 2.2.8 Previdência Privada 2.2.9 Participação nos resultados 2.2.10 Outros benefícios 2.3 Dados descritivos 2.3.1 Política de recursos humanos 2.3.2 Outros Dados		
3 AÇÕES SOCIAIS	Ano 1	Ano 2
3.1 Dados não-monetários 3.1.1 Número de pessoas beneficiadas 3.1.2 Número de programas efetivados 3.1.3 Outros programas 3.2 Dados monetários (gastos) 3.2.1 Educação e cultura 3.2.2 Saúde pública 3.2.3 Esporte 3.2.4 Habitação 3.2.5 Saneamento 3.2.6 Segurança 3.2.7 Defesa civil 3.2.8 Pesquisa 3.2.9 Urbanismo 3.2.10 Campanhas públicas 3.2.11 Obras públicas 3.2.12 Outros benefícios 3.3 Dados Descritivos 3.3.1 Programas de participação social (nº de horas) 3.3.2 Incentivos à pesquisa 3.3.3 Programas em parceria com governos 3.3.4 Outros dados		
4 AÇÕES AMBIENTAIS	Ano 1	Ano 2
4.1 Dados não-monetários 4.1.1 Área reforestada 4.1.2 Número de ações judiciais 4.1.3 Número de multas ambientais 4.1.4 Número de acidentes ambientais 4.1.5 Outros dados 4.2 Dados monetários (gastos) 4.2.1 Investimentos em prevenção (segurança) 4.2.2 Investimentos em pesquisa ambiental 4.2.3 Multas ambientais 4.2.4 Outros dados 4.3 Dados descritivos 4.3.1 Programas de educação ambiental 4.3.2 Prêmios recebidos 4.3.3 Desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos 4.3.4 Ações de reaproveitamento (reciclagem) 4.3.5 Racionalização do uso dos recursos naturais 4.3.6 Substituição de produtos poluentes/prejudiciais à saúde 4.3.7 Outros dados		
5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
6. OUTRAS INFORMAÇÕES		
<ul style="list-style-type: none"> · Políticas futuras de impacto social e ambiental · Geração de empregos · Programas de assistência social · Investimentos em tecnologia · Investimentos ambientais · Outras políticas 		
Data: _____	Contabilista Responsável: _____	